

vitor junqueira

Vitor Junqueira Economista, foi membro da Comissão do Livro Verde da Segurança Social e diretor do CNP Centro Nacional de Pensões, apresentou a intervenção principal no debate por videoconferência realizado em 18 de maio de 2026, acerca da segurança social, na qual colocou em causa o mito premeditadamente criado, de que as pensões vão baixar em Portugal cerca de 40%. Vamos ouvir a sua intervenção. Catarina, obrigado.

Boa noite a todas e a todos. Deixem-me aqui passar desde já a projetar a apresentação que eu trago para ilustrar o que eu trazia para dizer. Se confirmem quando estiverem a ver.

Muito bem. Então, temos uma questão inicial, que é o mote desta conversa de hoje, que é esta questão do valor das pensões vai mesmo baixar e nós sabemos que ultimamente tem sido matéria muito frequente na comunicação social, na opinião pública, instalou-se esta ideia de que as pensões vão cair para 38,5%, vão ser 40%, vão cair de uma maneira incrível nos próximos anos. Enfim, tornou-se um debate, tornou-se uma ideia instalada, uma ideia que se instalou na opinião pública de que as pensões vão cair para 40% do último salário.

E a ideia de tal forma se instalou que até mesmo, e é uma ideia que é um erro, como verão na explicação que eu vou tentar dar, mas mesmo sendo um erro instalou-se de tal forma que até os polígrafos, como este pequeno recorte que temos aqui, ou um outro sistema de fact-checking do público, por exemplo, pelo menos foram os que eu vi, até os polígrafos dão razão a quem fala nesta quebra enorme da taxa de substituição das pensões. E a razão, qual é que é a razão? A razão é um relatório que a Comissão Europeia publicou há dois anos, que é o Aging Report, que estão aqui a ver, que é um relatório que é produzido todos os, a cada três anos, por um grupo de responsáveis de políticas sociais e finanças de todos os Estados-membros. É um grupo que é formado no seio do ECOFIN, do DJ ECOFIN da Comissão Europeia, e tem por intuito não calcular taxas de substituição, mas fazer projeções sobre a despesa futura com pensões, mas também com a despesa com a saúde para, justamente, antes ver qual será o impacto.

Para as economias europeias do envelhecimento da população. E é neste relatório, nesta última edição de relatório de 2024, que vem este quadro em que mostra que a taxa de substituição, que em 2022 estaria nos 69,4%, que sobe em 2045 para 91,2%, cai abruptamente quando chegamos aqui a 2070. Mas não é só em 2070, até mais cedo.

Se isto já nos causa algum espanto que em 2070 possa ser tão baixa quanto em 2045 foi tão alta. O que dizer então do que aqui vemos. Estes dados podem ser consultados no site da Comissão Europeia dedicado a este relatório, porque está lá também o Excel com os dados de ano a ano.

E o que podemos ver é que nesta década de 2040, começamos aqui com valores relativamente elevados, 90,1%, 94%, é o mais alto, 93%, 91%, andamos aqui mais ou menos estáveis em volta dos 90%, quando começa a aproximar-se o final da década de 40, isto começa a reduzir até chegarmos a uns 73,7% em 2048, para abruptamente, da noite para o dia, cairmos para uns 38,5%. Ora, da primeira vez que li o relatório do Beijing, não me causou muita espécie olhar para este resultado em 2070. Já em edições interiores do relatório havia também uma quebra que na altura suspeitava-se que fosse por o facto das simulações que

aqui são feitas não contarem com o avanço da idade da reforma e assumirem que as pessoas continuavam a sair à mesma idade com que saem hoje, e que por essa razão era natural que houvesse uma grande quebra no valor da pensão, porque se as pessoas continuassem a sair com a mesma idade, com o avanço da idade da reforma, as penalizações seriam maiores e, portanto, as pensões seriam mais baixas.

E o que sabemos que não é verdade, porque as pessoas têm adaptado o seu comportamento de saída à evolução da idade da reforma. Mas, pronto, imaginávamos nós que fosse esta a razão. O espanto que tive foi quando percebi nestes dados mais, dizia-o que foi olhar para os dados anuais e para esta queda abrupta entre 2048 e 2049 que comecei a suspeitar que podia haver aqui algo mais, e há de facto aqui um erro.

Mas antes de irmos ao erro, o que é uma taxa de substituição? Já aqui falámos, uma taxa de substituição compara, no fundo, o valor da primeira pensão com o valor do último salário. Se olharmos apenas para os valores brutos, tanto de pensão como de salário, estamos a falar de taxas de substituição brutas. Se olharmos para os valores líquidos, estamos a olhar para a taxa de substituição líquida.

E esta é que acaba por ser realmente a mais importante, porque é esta que efetivamente mede como é que um rendimento de salário, um rendimento de trabalho, passa para um rendimento de pensões. Que transformação é que aqui ocorre no dia-a-dia das pessoas? É esta mudança que as pessoas sentem. E portanto, taxa de substituição, primeira pensão sobre o último salário, por exemplo, se tivermos uma pensão de 800€ e o último salário for 1000€, obviamente a taxa de substituição será 80%.

Muito bem, quem é que costuma usar esta ferramenta das taxas de substituição? É sobretudo a OCDE, no relatório que tem do Pensions at a Glance, onde aborda muitos temas muito interessantes para quem gosta do tema de pensões em torno do futuro, das pensões, das regras, das reformas, da evolução da demografia, da evolução dos direitos, entre os diferentes estados que participam na OCDE. É um relatório que é publicado de dois em dois anos. E neste último relatório, a OCDE projetava para 2070, e aqui estamos a falar de uma taxa de substituição teórica, porque é baseada num perfil teórico de alguém que, reparem bem, começa a trabalhar aos 22 anos em 2024 e termina aos 68 anos em 2070.

É uma carreira longa, com muita formação de direitos e tem uma taxa de substituição líquida de 92,7%, o que nos coloca aqui no 3º lugar das taxas de substituição mais elevadas da OCDE, à frente só aos Países Baixos e a Turquia. Outros resultados, estes 92,7% que acabamos de ver correspondem a uma taxa de substituição bruta, ou seja, comparando valores brutos, a 72,4%. Se olharmos para salários mais baixos, 50% daqueles que foram usados no perfil base das simulações que usa salários médios, se olharmos para salários em 50%, as taxas de substituição, a bruta é ligeiramente alta, a líquida é ligeiramente mais baixa, se houvesse tempo para explicar esta diferença de comportamento eu explicava, mas eu prometi à Catarina que ia tentar exigir-me aos 20 minutos, portanto não posso perder aqui muito tempo.

Mas se olharmos para a taxa bruta no global da OCDE, ela é bastante mais baixa, portanto o sistema português tem aqui uma das taxas de substituição, ou melhor, tem um sistema de pensões que em termos de atuação se comporta muito melhor do que os restantes países da

OCDE, ou pelo menos a maior parte dos países da OCDE. Um outro relatório onde são bastante usadas as taxas de substituição é um relatório advindo-se da própria Comissão Europeia. A própria Comissão Europeia tem dois relatórios só publicados aqui por grupos diferentes, enquanto há pouco era um grupo ligado ao Ecofina, aqui temos um grupo ligado ao DG Employ, que é um grupo formado essencialmente por técnicos dos Ministérios Sociais do Trabalho e da Segurança Social dos Estados-membros.

E de 3 em 3 anos produzem este relatório, que também é bastante interessante, onde são usadas taxas calculadas com o modelo da OCDE para perceber como é que os sistemas de pensões vão evoluir ao longo do tempo, em termos de atuação. E aqui eu chamo a atenção para este gráfico que se encontra neste último relatório da Comissão, em que temos Portugal em 2062, aqui uma projeção de uma taxa de substituição, aqui também para uma carreira longa de 40 anos, para alguém que sai para a reforma em 2062, e tem aqui uma taxa de substituição líquida também, de 87%, é uma das 5 mais altas dos Estados-membros da União Europeia. E se formos a ver este pedaço de laranja mais carregado da barra, significa a redução que existe de... A barra completa é a taxa de substituição em 2022, se tirarmos esta pontinha mais escura, temos a taxa de 2062.

E Portugal é daqueles que pouco reduz também a taxa de substituição ao longo de todo este período. Estes países estão ordenados pelas maiores quebras, e estes países têm as maiores quebras ao longo destes 40 anos. De 2022 até 2062.

A taxa de substituição, nestes cálculos da Comissão Europeia, apenas desce 6,2 pontos por cento de baixa. Alguns outros resultados que fazem parte do mesmo relatório, as carreiras mais longas não significam necessariamente taxas de substituição melhores no longo prazo, se ouvirmos do ponto de vista bruto, sim, mas isto vai significar uma pensão mais alta, portanto uma pensão mais alta e também mais impostos. É natural, ou é possível, que a taxa de substituição líquida, até acabe por ser mais baixa do que aquela de uma pessoa com 42 anos, acabe por ser mais baixa do que uma pessoa com uma carreira de 40 anos.

Isto é apenas, são apenas pronúncias, diferenças são tão poucas que também não devem ser tidas em conta. Quem adiar a reforma, é natural que tenha sempre uma pensão mais alta, com as bonificações, e, portanto, é natural que tenha aqui uma taxa de substituição que é superior até a 100%. Já no campo oposto, quem tiver uma carreira curta, apenas 20 anos, é natural que também tenha uma taxa de substituição baixa, aqui neste caso 48% atualmente, para 43,2% no futuro.

Enfim, há depois aqui várias outras simulações, mas a ideia geral que eu acho que se consegue tirar dos números que estão aqui, e era isso que importava para relacionarmos com aquela que era a questão inicial, é que ao longo deste período de 40 anos, nestas simulações que estão aqui, as taxas de substituição caem, é verdade, mas não caem muito. São alguns pontos percentuais. Outras medidas, não vou perder muito tempo com isto, mas há várias outras medidas, um exemplo é esta que o Eurostat usa e que chama taxa de substituição agregada, e que no fundo compara a mediana dos rendimentos brutos dos primeiros pensionistas, aqueles que estão entre os 65 a 74 anos, com a mediana dos rendimentos brutos do trabalho daqueles que estão a aproximar-se do final da carreira.

Portanto, compara os pensionistas mais recentes com aqueles trabalhadores que estão-se a aproximar do final da carreira. E os dados para Portugal indicam que temos andado entre os 60% e os 70% neste rácio. O próprio Livre Verde também apresentou taxas de substituição, mas aqui taxas de substituição diferentes, enquanto que as outras que eu falei até aqui eram, tirando esta última do Eurostat, as outras anteriores eram, sobretudo, taxas teóricas, baseadas em perfis, em perceber-se como é que uma pessoa com 40 anos de carreira, com um salário tal, com uma configuração de carreira tal, que pensão terá no futuro, que taxa de substituição terá no futuro, esse era o exercício, aqui não.

Aqui olhou-se mesmo para as pensões que as pessoas efetivamente tiveram nestes últimos anos, o exercício foi com pensões iniciadas entre 2019 e 2022, e comparou-se para cada uma dessas pessoas o salário que elas tinham, aqui, como é a rigor, a média do salário dos últimos 3 anos, para alisar o valor, para não haver ali grandes variações que não pudessem ser explicadas, procurou-se então comparar, pessoa a pessoa, o valor da pensão que tiveram com o seu salário de final de carreira. E, em média, vemos que a taxa de substituição efetiva, verdadeira, real, se quiserem, é de 65,5%. Porquê? Porque há muitas pessoas, há 100 e tal mil pensionistas, 9 pensionistas, todos os anos, e cada um traz a sua história de carreira, com as suas diferentes dimensões de carreira, diferentes configurações de carreira, diferentes remunerações, portanto há quem tenha pensões muito baixas, e com razões, em alguns casos, para terem pensões baixas, porque contaram muito poucos anos, e há quem tenha pensões muito altas.

E da combinação de todo este universo, temos uma taxa de substituição real de 65,5%. Um pormenor curioso e importante, os dados revelaram, é que os homens têm tendência, pelo menos nestes últimos anos, a terem taxas de substituição, não estou a falar de pensões mais altas, estou a falar de taxas de substituição mais elevadas que as mulheres. Vemos aqui que a duração da carreira é um fator fundamental para que uma taxa de substituição seja mais elevada.

O facto de se tratar de uma antecipação também contribui para que haja uma redução da taxa de substituição. Enfim, há aqui fatores que podem ser vistos como explicativos e que os dados ajudam a compreender que efetivamente há uma relação entre alguns destes fatores e o valor da pensão que se tem, e por conseguinte, o valor da taxa de substituição. Agora, há mesmo razões para o valor das pensões descer no futuro? Por um lado, sim.

Porquê? Porque, como dizia a Catarina há pouco, com a reforma de 2007, cada vez mais as pensões agora têm por base todas as remunerações de toda a carreira, ou pelo menos dos melhores 40 anos. Até 2007 eram os melhores 10, dos últimos 15, como a Catarina dizia. A partir daí, passou a progressivamente contar os melhores 40 anos.

Portanto, isto para muitas pessoas, não para todas. Há muita gente que beneficiou disto porque teve finais de carreira piores do que os anos anteriores e, portanto, também muita gente beneficiou por estar a aproveitar a carreira toda. Mas, na grande maioria, se calhar diremos, é uma perceção sobretudo mínima, mas diremos que as pessoas têm salários mais elevados para o final da carreira.

Portanto, a pensão será, poderá piorar a pensão para quem tem salários a crescendo. No caso da CGA, é importante também trazer aqui a CGA à discussão, o próprio cálculo da CGA

tem vindo a convergir com as regras da segurança social, logo, isso também implica, na maior parte dos casos, implica uma redução do valor da pensão para um cálculo que é mais exigente. Mas, por outro lado, há outras razões que contrabalançam estas reduções.

Por exemplo, a taxa de formação é bastante mais generosa. Se antes era de 2% por cada ano contribuições, significava, por exemplo, que uma pessoa com 40 anos de carreira contributiva teria uma pensão que corresponderia a 40 vezes 2%, ou seja, 80% da sua remuneração média, agora passa a poder contar com até 2,3% por cada ano. Obviamente que isto, há aqui uma margem, será de 2 a 2,3%.

O 2,3% tem, quem tem, remunerações inferiores, remunerações médias inferiores a 1,1 reais, pois a partir daí esta taxa de formação anual começa a descer até no limite inatingível de chegar aos 2%. Mas, a grande maioria das novas pensões beneficiam de taxas de formação de 2,3%. E há outra razão, também não tão importante, mas as remunerações, quando se calcula uma pensão, as remunerações passadas são revalorizadas, para que a pessoa ao ver calculada a pensão não perca o valor das suas remunerações, face à evolução que os preços tiveram.

Portanto, é aplicada a inflação às remunerações mais antigas, para que todas as remunerações puderem ser colocadas ao mesmo nível e ser feita uma média que depois serve ao cálculo da pensão. Mas com as novas regras, não só a inflação, mas também a evolução dos ganhos passou a ser tida em conta e isto tem levado, ao longo dos últimos anos, a que essas remunerações sejam revalorizadas em alta, face ao que seriam com apenas a inflação. E aqui este gráfico serve para explicar que esta convergência das novas regras tem sido feita de forma gradual.

Este gráfico aqui de cima, para um perfil de 40 anos de carreira, ajuda a perceber que se a pessoa, em baixo temos o ano de início de uma pensão, uma pessoa que chega com 40 anos de carreira a uma pensão em 2040, que inicie uma pensão em 2040, ainda vai ter um bocadinho das regras antigas. Em 2041 já terá a plenitude das regras novas. Portanto, isto é o chamado phasing in da reforma, é uma evolução em que temos vindo a ter uma convergência das novas regras a serem aplicadas cada vez com mais intensidade, digamos assim, no cálculo da pensão.

Se virem este gráfico aqui de baixo, isto é com dados reais, isto é o valor, o vermelho é o valor do P2, as novas regras, o azul de cima é o P1, as regras antigas, e o roxo no meio é o valor final da pensão, que resulta da média ponderada entre o P1 e o P2. E o que vemos é que tem havido, dada a tal convergência, tem havido aqui uma aproximação do valor final da pensão àquele P2. Quando chegarmos ali a 2040, todas as novas pensões vão estar a ser calculadas com base no P2 e estaremos aproximados definitivamente desta linha vermelha.

Bom, recentemente tive também, por outros motivos, a calcular taxas de substituição teóricas e quis também perceber se era expectável com esta evolução das regras, com esta convergência da reforma, que a taxa de substituição fosse cair drasticamente, pelo menos de forma aproximada àquela que o Aging Report nos veio dizer. E a conclusão que tenho vindo a tirar é que não, que continuam a redução, mas é uma redução ligeira de apenas, aqui num exemplo, este perfil é um perfil de alguém que, nesta linha azul em cima, é o perfil de alguém que ganha 1000€ em média ao longo da carreira, com uma carreira de 40 anos, uma carreira

ascendente, começa em 2026 com uma taxa de substituição líquida de 92% e acaba com 91%. Faltam aqui as casas decimais, mas eu digo que entre 2026 e 2050 a queda é de apenas 1,6 pontos percentuais.

É um exercício apenas, é um perfil, muitos outros perfis poderiam ser aqui simulados, mas a resposta acaba por ser quase sempre a mesma. A redução há a ver, há casos em que não se quer a redução, mas há a ver, é sempre ligeira. Não há uma resposta única para esta pergunta, porque há sempre, como procurei alinhar, há motivos para elas descerem e para subirem.

E as situações individuais são sempre muito particulares e cada história é uma história e as taxas são muito sensíveis às situações individuais. Mas é de prever que haja uma ligeira redução e os estudos, como aqueles que passámos ali brevemente, indicam isso. O Pensions Adequacy Report, o tal outro relatório da comissão, aponta para uma redução de 93,2% para 87,2%.

Portanto, aqui apenas 6 pontos percentuais. O Pensions EtaGlass da OCDE, para aquele perfil, projeta uma taxa de substituição de 92,7% para 2070. Portanto, também não se dirá aqui que possa ter havido, eles não têm valores para anos anteriores, mas não se dirá aqui que terá havido uma redução significativa, se em 2070 ainda estamos com uma taxa de substituição de 92% ou 93%.

Quais são as razões que apontam para aquela quebra enorme no Aging Report? Vamos lá então ao erro que eu tinha deixado em suspenso há pouco. A razão para este comportamento nesta curva está escrita no Aging Report e é a primeira vez que confesso que não entendi o que se queria dizer, ou pelo menos que eu alcanço, fosse este que vou demonstrar daqui a pouco. Basicamente, o que é dito é que a taxa de substituição tem um aumento nos primeiros anos de projeção até 2041 devido à projeção de novas pensões dos últimos subscritores do esquema CGA.

Não se entende muito bem o que se quer dizer aqui, mas se calhar a parte importante é esta que eu sublinhei a amarelo. Com o decréscimo no número de novas pensões da CGA, a taxa caía abruptamente depois de 2048, quando é assumido o esquema Segurança Social. Portanto, eles sabem que quem fez isto sabe que houve esta redução e identifica aqui uma questão com CGA e Segurança Social.

Vamos ver então o que é que se passou e para isso eu proponho um exemplo simples, com valores que são fictícios, mas que não estão muito distantes daquilo que é a realidade. Portanto, temos uma primeira fase em que temos novas pensões da Segurança Social e novas pensões da CGA em convivência. Suponhamos então que há 100 mil novos pensionistas da Segurança Social que têm uma pensão média de 500 euros e que há 20 mil novos pensionistas na CGA com uma pensão média de 2 mil euros.

Os 100 mil para 20 mil estão mesmo muito próximos da realidade, é mais ou menos esta razão entre um sistema e o outro sistema no que toca a novos pensionistas. E os valores médios de pensão também não andam muito distantes. O que é que acontece aqui? Ah, ainda temos um salário médio com o qual vamos comparar estes valores de pensão para chegar à taxa de substituição.

Temos a pensão média com drama, entre os 100 mil de um lado e os 20 mil do outro será 750 euros, o que significa que faça um salário de 1000 euros temos uma taxa de substituição de 75%. Enquanto existe Segurança Social e CGA ao mesmo tempo, novos pensionistas destes dois regimes ao mesmo tempo, temos aqui uma taxa de 75%. Volto a relembrar que isto é um exemplo fictício só para se perceber o que é que se passou aqui.

Chegamos à segunda fase em que resta apenas a Segurança Social, a CGA sendo um regime fechado, deixa de ter novos pensionistas a partir de determinada altura e portanto a partir desta altura temos 120 mil que agora reformam-se todos pela Segurança Social, 120 mil pensionistas de Segurança Social com uma pensão média de 500 euros. Chegámos aqui, calculamos uma taxa de substituição, 50%, 500 sobre 1.000, 50%. Ora, aqui está, antes tínhamos 75, caímos para 50, é mais ou menos o que aqui está. Só que, onde é que está aqui o verdadeiro erro? Eu acho que muitos de vós já certamente o terão apanhado.

Aqui um erro de desenho importante, que é, quando deixou de haver novos pensionistas na CGA, eles passaram a ser contabilizados na Segurança Social, e bem, tínhamos 100.000 de um lado, 20.000 do outro, quando fica apenas a Segurança Social, passam a ser 120.000 pela Segurança Social. Mas houve ali uma coisa que eu não fiz, eu não alterei a pensão média destes novos pensionistas. Ora, se os novos pensionistas, aqueles, os funcionários públicos, que hoje se reformam pela CGA, no futuro passam-se a reformar pela Segurança Social, os professores, eu peço à Maria do Rosário Gama que não fique ofendida comigo, estou a citar aqui os professores, têm uma carreira completa como a maior parte dos funcionários públicos, mas cito também os médicos, outras profissões de profissionais altamente qualificados, que têm, por comparação com o setor privado, remunerações mais elevadas, carreiras mais completas, e portanto, pensões mais elevadas, vão passar a reformar-se pela Segurança Social, e com regras muito semelhantes.

Ora, faltou aqui, portanto, alterar a pensão média a partir daquele momento em que deixa de haver novos pensionistas na CGA e passam para o lado da Segurança Social. Este aqui é que é o grande erro. Manteve-se a pensão média da Segurança Social, os trabalhadores de setor privado, que incluem um grande contingente de pessoas com carreiras muito curtas, que chegam à reforma, que depois têm uma pensão muito baixa devido a essa carreira muito curta, portanto, manteve-se toda essa pensão média, contando agora também com os pensionistas do setor público.

Portanto, fazendo a correção daquele exercício, passamos a ter, ok, 120 mil novos pensionistas da Segurança Social, mas não com uma pensão média de 500 euros, mas sim de 750, ou algo que o valha. A taxa de substituição teria que ser os mesmos 75% que tínhamos antes. Portanto, aqui neste exemplo, a taxa mantém-se, não diminui, e naquele gráfico, neste gráfico, não havia razão para cair de forma tão abrupta.

Teria que continuar na mesma linha do que já vinha a ser a taxa de substituição dos anos anteriores. Concluindo, não há razões para uma quebra tão grande, do meu ponto de vista. É claro que regras mais exigentes vão dar pensões mais baixas, mas cada história contributiva é uma história contributiva, não podemos fazer aqui grandes generalizações.

Mas é claro que, em média, ou se quisermos pegar em meia dúzia de casos que achemos mais representativos, haverá reduções, mas são ligeiras, pelo menos é aquilo que vemos na maior

parte dos cálculos que são feitos de taxas de substituição teóricas para o futuro. E, portanto, nada faz esperar aquela redução tão drástica que veio a instalar-se no debate público. E era isto a minha apresentação, espero que tenha sido claro.

Agora, obviamente, vou ficar aqui disponível para as dúvidas que tiverem, para a conversa que quiserem fazer a seguir a esta apresentação.

Transcrito por [TurboScribe](#)